

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA**

LAYS LIDIANE MOREIRA DA COSTA

**ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO E UMA PROPOSTA DE REFLEXÕES
SOBRE A FUNÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARA CRIANÇAS PEQUENAS:
ESTUDOS INICIAIS SOBRE O ESTADO DO PARANÁ**

MARINGÁ

2011

LAYS LIDIANE MOREIRA DA COSTA

**ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO E UMA PROPOSTA DE REFLEXÕES
SOBRE A FUNÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARA CRIANÇAS PEQUENAS:
ESTUDOS INICIAIS SOBRE O ESTADO DO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
a Universidade Estadual de Maringá como
requisito parcial para a obtenção do título de
Graduação em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marta Chaves

MARINGÁ

2011

LAYS LIDIANE MOREIRA DA COSTA

**ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO E UMA PROPOSTA DE REFLEXÕES
SOBRE A FUNÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARA CRIANÇAS PEQUENAS:
ESTUDOS INICIAIS SOBRE O ESTADO DO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
a Universidade Estadual de Maringá como
requisito parcial para a obtenção do título de
Graduação em Pedagogia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Marta Chaves (Orientadora)
Universidade Estadual de Maringá

Prof^ª. Ms. Eloisa Elena da Silva
Universidade Estadual de Maringá

Prof^ª. Dr^ª. Heloisa Toshie Irie Saito
Universidade Estadual de Maringá

AGRADECIMENTOS

Quero aqui registrar meus agradecimentos a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

A Deus pela vida e por ter me dado força neste caminhar.

À minha orientadora Prof^a Dr^a Marta Chaves, pela inestimável contribuição que proporcionou para o meu amadurecimento intelectual e pessoal, e pela competência, dedicação e carinho demonstrado durante a realização da pesquisa.

Aos professores que participarão da banca examinadora, Prof^a Ms. Eloisa Elena da Silva, e Prof^a Dr^a Heloisa Toshie Irie Saito por terem aceitado o convite, e pelo carinho demonstrado.

Aos membros do Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação Infantil, pelo empenho, dedicação e carinho.

Aos meus pais Rosangela Moreira da Costa e Zaqueu da Costa, a minha irmã Larissa Moreira da Costa e ao meu irmão Lucas Moreira da Costa, pela amizade, convivência, compreensão e apoio em todo tempo.

Ao meu namorado Alexandre Ossucci da Rosa por me apoiar e compreender nas horas difíceis, por todo amor e carinho dedicado a mim.

As minhas amigas de trabalho Eveli Arnas, Nilda de Moura, Márcia Aparecida Gonçalves da Silva e Regiane Ferreira dos Santos, por me ajudar e colaborar com minha aprendizagem.

As minhas amigas de estudos Cristina B. Lopes, Solange Mendonça, Erica Priscila Azeredo da Rocha e Adriana Coutinho, pela amizade e convivência que muito contribuíram para a minha aprendizagem.

SUMÁRIO

	RESUMO	5
1	INTRODUÇÃO	6
2	EDUCAÇÃO INFANTIL NO CENÁRIO MUNDIAL	7
3	EDUCAÇÃO INFANTIL NO CENÁRIO BRASILEIRO	10
3.1	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA: DÉCADA DE 1980 A 1990	13
4	EDUCAÇÃO INFANTIL NO CENÁRIO PARANAENSE	16
5	A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	23
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS..	27
	REFERÊNCIAS	27

ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO SOBRE A FUNÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARA CRIANÇAS PEQUENAS

Lays Lidiane Moreira da Costa*

Marta Chaves**

RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o aspecto histórico das instituições de Educação Infantil no cenário mundial, brasileiro e paranaense, a fim de entender os caminhos trilhados por essas instituições bem como seu real papel na educação de crianças com menos de sete anos de idade. A pesquisa desenvolvida é de cunho bibliográfico, entendemos que as crianças estão em constante desenvolvimento, aprendendo desde que nascem de um jeito diferente do adulto, como explicitam os autores da Teoria Histórico-Cultural que amparam nossas reflexões. Nesse sentido, consideramos necessárias instituições que permitam esse desenvolvimento infantil. Para subsidiar este trabalho, recorreremos a livros, artigos, documentos e leis, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, almejando analisar os desafios enfrentados por essas instituições para compreendermos como esses espaços foram reconhecidos pela sociedade, tornando-se o primeiro nível do Ensino Básico no Brasil, desenvolvendo um trabalho educacional que se objetiva nos dias atuais.

Palavras-chave: Educação Infantil; História da Educação; Teoria Histórico-Cultural.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar estudos iniciais sobre a criação e a consolidação das primeiras instituições de Educação Infantil no cenário internacional, brasileiro e paranaense, a fim de compreendermos e refletirmos sobre questões afetas à função destas

* Acadêmica do 4º ano do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

** Orientadora, Doutora em Educação, Professora da Universidade Estadual de Maringá.

instituições. Neste texto, abordaremos prioritariamente as Propostas Pedagógicas para a Educação Pré-Escolar no Estado do Paraná na década de 1990. Na elaboração da pesquisa, algumas alterações foram realizadas em relação ao tema inicialmente proposto, em razão das dificuldades, encontradas no curso da pesquisa para obtenção de documentos e textos para fundamentação do trabalho.

A educação e o cuidado para com as crianças durante muito tempo foi uma preocupação das famílias, que deveriam instruir seus filhos em todos os aspectos. Com as mudanças da sociedade, esta educação e estes cuidados, além de serem responsabilidade das famílias, tornaram-se dever de diversos setores sociais, que passam a entender a importância da educação institucionalizada (PASCHOAL, 2010).

As primeiras preocupações com a educação institucionalizada destinada para crianças são datadas do século XVIII, com Oberlin, na França; Robert Owen, na Escócia, com a criação de locais que guardavam as crianças para que suas mães pudessem trabalhar, ensinando-lhes diferentes habilidades. Já no século XIX, temos Johann Heinrich Pestalozzi¹, Friedrich Wilhelm August Froebel² e o século XX é marcado pela contribuição de Maria Montessori³ e Celestin Baptistin Freinet⁴, que com suas metodologias contribuíram para o avanço do ensino nas instituições de Educação Infantil em todo o mundo. Nesse contexto, destacaremos aqui a especificidade brasileira e paranaense.

Por entendermos que a Educação Infantil é uma importante fase do processo de escolarização, e que o professor é o principal agente do processo de ensino-aprendizagem, motivamo-nos para a realização deste trabalho, que se configura como uma pesquisa de cunho

¹ Johann Heinrich Pestalozzi nasceu em 1746 na Suíça e faleceu em 1827, defendeu a idéia de que a educação das crianças deveria iniciar-se desde cedo. Ele estipulou como ponto de partida da educação o método intuitivo, o próprio corpo da criança. No âmbito educacional Pestalozzi utilizou a observação como o princípio da intuição, pois para conhecer as coisas as crianças deveriam observar assim a aprendizagem deveria ser natural e a intuição o elemento importante para a construção do conhecimento (PASCHOAL, 2010, p. 88).

² Friederik Froebel nasceu no ano de 1782 na Alemanha e morreu em 1852, sua teoria foi influenciada pela junção da concepção entre natureza e educação, o pensamento de Froebel considerava essencial o que ele chamou de unidade vital, neste sentido deve haver uma interação entre o divino, o ser humano e o natural, essa relação levaria ao desenvolvimento pleno por meio da educação (PASCHOAL, 2010, p. 90).

³ Maria Montessori, educadora italiana nasceu em 1870 e morreu em 1952, seu método esteve amparado na criação e aplicação, seu principal objetivo era o desenvolvimento de atividades motoras e sensoriais. Neste sentido defendeu a ideia da liberdade infantil, esta liberdade deveria possibilitar o desenvolvimento normal da criança, influenciando na criação de um ambiente educacional adequado, “[...] sendo prioritária uma organização espacial que promova a livre movimentação da criança [...]” (PASCHOAL, 2010, p. 187).

⁴ Celestin Baptistin Freinet, educador que nasceu em 1896 na França e faleceu em 1966, propunha uma educação baseada em atividade e na criação, utilizando dois conceitos-chaves: o trabalho e a livre expressão. Para ele o objetivo da educação “é o crescimento pessoal e social do indivíduo elevar a criança a um máximo de humanidade, preparando-a não apenas para a sociedade atual, mas para uma sociedade melhor, fazendo-a avançar o mais possível em conhecimento, num constante desabrochar” (ELIAS, 1997, p. 90).

bibliográfico, com o objetivo de contribuir para discussão de profissionais da área da Educação, como também auxiliar em pesquisas que serão desenvolvidas posteriormente.

Ressaltamos que o trabalho pedagógico desenvolvido nas instituições de Educação Infantil é de extrema importância para o desenvolvimento da criança. Neste sentido, elaboraremos este trabalho a partir da Teoria Histórico-Cultural, que segundo Mello (2007, p. 13), é a teoria que melhor permite pensar as práticas educativas que tornam possível as conquistas das crianças pequenas, pois esta teoria postula que a aprendizagem antecede o desenvolvimento.

Podemos enfatizar a relevância dos textos estudados para a elaboração desta pesquisa: autores que tratam da historiografia e da importância da Educação Infantil em diferentes contextos. Dentre eles, destacamos Kramer (1982, 1991); Kuhlmann Jr. (1998, 2001); Lara (1992, 2006); Chaves (2008) e Paschoal (2010).

Este texto encontra-se organizado da seguinte forma: inicialmente, de maneira sucinta, descrevemos o contexto histórico da Educação Infantil no cenário mundial, brasileiro e paranaense; como também as políticas públicas para a Educação Infantil brasileira na década de 1980 a 1990; em seguida, procuramos apresentar estudos que nos permitem refletir sobre a função da Educação Infantil.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL NO CENÁRIO MUNDIAL

Para tratar as questões afetas à importância da Educação Infantil na formação de crianças, entendemos ser necessário descrever como se deu o processo de consolidação das primeiras instituições no cenário mundial, para esclarecermos como eram pensadas estas instituições em seu início.

As transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas na Europa no século XVIII fizeram com que se percebesse a necessidade de instituições para crianças, as quais tinham um caráter assistencialista que guardavam as crianças das classes desfavorecidas, como citam Abramovay e Kramer (1991, p. 23):

Eram as creches que surgiam, com caráter assistencialista, visando afastar as crianças pobres do trabalho servil que o sistema capitalista em expansão lhe impunha, além de servirem como guardiãs de crianças órfãs e filhas de trabalhadores. Nesse sentido, a pré-escola tinha como função precípua a guarda das crianças.

Deste modo, o principal objetivo dessas instituições era garantir atendimento assistencial para as crianças pobres, guardando, higienizando, alimentando e cuidando do físico, como também as livrando-as dos perigos.

No que se refere à educação destinada às crianças no cenário mundial, Moysés Kulmann Jr. (2001), pesquisador da fundação Carlos Chagas, assinala que os primeiros registros que se tem de instituições é do final do século XVIII, exatamente no ano de 1769, denominada “escola de tricotar” ou “escola de principiante”, fundada por Oberlin na França cujo local as crianças deveriam adquirir diferentes conhecimentos: [...] De acordo com seus objetivos, ali a criança deveria: perder os maus hábitos; adquirir hábitos de obediência, sinceridade, bondade, ordem etc. conhecer as letras minúsculas; soletrar; pronunciar bem as palavras e sílabas difíceis [...] (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 5).

Oberlin, idealizador destas instituições, defendia um ambiente de atendimento às crianças filhas de trabalhadores pobres, todavia, ao mesmo tempo, este local se apresentava como instituição educacional, pois no período em que estavam na escola as crianças realizavam atividades aprendendo diferentes habilidades.

Em 1816, outra instituição destinada a cuidados e a educação para crianças é inaugurada em New Lanark, na Escócia por Robert Owen. Este, que nasceu em 1771 e faleceu em 1858, torna-se industrial e conhecido como socialista utópico, instalando essa instituição na fábrica em que era diretor, atendendo as crianças desde quando começavam a andar até vinte cinco anos de idade. Neste ambiente, as crianças realizavam exercícios sobre objetos e sobre a natureza, de evolução militar, de dança e de canto coral (KUHLMANN JÚNIOR, 2001).

Paschoal (2010), doutora em Educação, aponta em seus estudos que no ano de 1826, na França, a marquesa de Pastoret juntamente com as senhoras Mallet e Mille, instalam a *Salles d' Asile* (Sala de Asilo), que posteriormente foram substituídas pela Escola Maternal, visando a promover cuidados e educação moral e intelectual nas crianças. Neste sentido Paschoal (2010, p.30) destaca: “A intenção dessas instituições era, primeiramente, retirar das ruas as crianças em situação de risco, pois viviam expostas a perigos e em seguida, proporcionar-lhes o desenvolvimento da inteligência e dos bons costumes”.

Assim, as instituições direcionadas ao atendimento de crianças, no século XVIII, tinham como principal objetivo realizar atividades destinadas aos cuidados das crianças das classes desfavorecidas, mas, ao mesmo tempo, esses espaços proporcionavam a aprendizagem de habilidades e costumes por meio de diferentes atividades.

Essa ideia de assistencialismo nas instituições de Educação Infantil que até então era disseminada, no século XIX dá lugar à ideia de educação. Nesse novo contexto, a defesa era por instituições compensatórias, que minimizariam as deficiências das crianças pobres; desse modo, os educadores da época inauguraram instituições nessa perspectiva (ABRAMOVAY, KRAMER, 1991).

Johann Heinrich Pestalozzi, que nasceu em 1746, na Suíça e faleceu em 1827, foi um dos idealizadores das propostas para a Educação Infantil do século XIX. Em sua acepção, a escola não deveria ser apenas uma extensão do lar, mas deveria tomar como base o ambiente familiar para que fosse possível oferecer às crianças segurança e afeto. Com isso, o ensino seria na maioria das vezes, conduzido pelo aluno com base na experimentação e na vivência intelectual, sensorial e emocional do conhecimento (ARCE, 2002 b).

Na Alemanha, Friedrich Froebel contribuiu grandemente para a educação ministrada nas instituições de Educação Infantil. Ele, que nasceu em 1782 e faleceu em 1852, pretendia não apenas reformar a educação pré-escolar, mas por meio dela a estrutura familiar e os cuidados dedicados à infância, envolvendo a relação entre as esferas pública e privada. Em 1840 inaugurou seu Jardim de Infância, denominado Kindergarten, destinado às crianças menores de seis anos de idade (KUHLMANN JÚNIOR, 2001)

A pedagoga Alessandra Arce (2002^a) declara que Friedrich Wilhelm August Froebel, pedagogo alemão, foi um dos pioneiros na formulação de uma metodologia de ensino destinada à educação de crianças menores de seis anos de idade. Pra ele a brincadeira infantil era uma atividade necessária, como forma de expressão das necessidades e interesse das crianças.

A proposta de instituição destinada às crianças faz com que, no século XX, especificamente no ano de 1907, a italiana Maria Montessori,(1870-1951), inaugurasse em seu país a “*Casa dei Bambini*” (casa das crianças), “[...] para essa pensadora, é identificando as necessidades e as especificidades da primeira infância que se conhece o homem na sociedade” (PASCHOAL, 2010, p. 169).

Nesse mesmo período, na Inglaterra, Margaret Mc Millan, juntamente com sua irmã Rachel, inaugura um programa para a primeira infância (infantário), e tinha como preocupação as condições insalubres em que viviam as crianças (PASCHOAL, 2010).

Podemos destacar também outro educador que, com suas propostas pedagógicas, trouxe grandes contribuições para a Educação Infantil: Celestin Baptistin Freinet, que nasceu em 1896, na França, e faleceu em 1966, cuja trajetória na educação tem início no ano de 1920, quando é nomeado professor adjunto de uma classe rural em seu país. “Freinet buscou técnicas pedagógicas que pudessem envolver todas as crianças no processo de aprendizagem,

respeitando seus direitos de crescer em liberdade, independente das diferenças de caráter, inteligência ou meio social”. (ELIAS, 1997, p.13).

Freinet apresentou uma concepção de escola que ofertava um ambiente prazeroso, para que as crianças pudessem descobrir e aprender; em sua visão, as salas de aula deveriam ser locais de ações coletivas, proporcionando às crianças momentos em que contribuíssem com o trabalho, tornando-se participantes e responsáveis; o trabalho e a livre expressão eram conceitos-chave de seu trabalho (ELIAS, 1997).

Neste âmbito, entendemos que as instituições destinadas à educação de crianças foram constituídas no cenário internacional, em sua maioria, tendo como um de seus objetivos principais oferecer assistência à classe trabalhadora, diminuindo a ausência familiar, mas por outro lado, observamos que muitos foram os educadores que acreditavam em uma educação que contribuísse para o desenvolvimento da criança, e divulgando essas ideias contribuíram para o fortalecimento da Educação Infantil em diversos países.

No item seguinte, discutimos a especificidade brasileira, refletindo como a educação para crianças foi instituída neste país, quais seus objetivos e quais os avanços conquistados por esse nível de ensino.

3 EDUCAÇÃO INFANTIL NO CENÁRIO BRASILEIRO

Ao percebermos que a consolidação das instituições de Educação Infantil em diferentes países proporcionou a disseminação da ideia da importância da educação para crianças para o resto do mundo, sentimos a necessidade de refletir acerca da realidade brasileira, buscando trabalhar alguns acontecimentos que marcaram a Educação Infantil em nosso país, buscando compreender como se deu a composição destas instituições no início da história.

A primeira instituição destinada ao atendimento de crianças no Brasil foi a “Roda dos Expostos” ou “Roda dos Excluídos”, onde eram colocados os bebês abandonados pelas famílias. Os locais eram compostos por uma forma cilíndrica, dividida ao meio, fixados nas janelas das casas de misericórdia, e quando uma pessoa deixava a criança na “roda”, puxava uma corda para avisar a rodeira, e sua identidade era preservada (PASCHOAL, 2010).

Marcilio (2001), professora titular do Departamento de História da USP, afirma que esse sistema foi criado na Europa medieval com o fito de garantir que as crianças

abandonadas não fossem deixadas nos lixos, portas de igrejas ou casas de famílias, costume até então realizado, acarretando na morte de muitos bebês de fome e frio.

Essa roda de assistência à infância permaneceu no Brasil por muito tempo, fazendo parte da Colônia, do Império e da República, sendo extinta no século XX, sendo o Brasil o último país a abolir esse sistema, no ano de 1950 (MARCILIO, 2001).

Ao entendermos a composição da “Roda dos Expostos” e seus objetivos, a qual é considerada a primeira instituição destinada às crianças brasileiras, percebemos que a ideia de instituição destinadas às crianças no Brasil teve em seu início um trabalho exclusivamente assistencialista; em contrapartida, essa instituição trouxe grande contribuição para as crianças órfãs, haja vista que durante quase um século atendeu crianças abandonadas, destinadas à morte.

Kuhlmann Jr. (1998) propala que em 1899, no Rio de Janeiro, dois acontecimentos marcaram a educação das crianças no país: a inauguração da creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, primeira no Brasil destinada a filhos de operários, e a fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, pelo médico Arthur Moncorvo Filho, o qual trouxe importantes contribuições para as crianças em diferentes aspectos.

A este respeito, Kramer (1982, p. 54) aponta que:

[...] o instituto tinha como objetivos: atender aos menores de oito anos; elaborar leis que regulassem a vida e a saúde dos recém-nascidos; regulamentar o serviço das amas de leite, velar pelos menores trabalhadores e criminosos, atender as crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidades, creches e jardins de infância.

Os serviços desse Instituto foram expandidos para todo o território brasileiro, possibilitando à entidade ser reconhecida por sua importância, visto que seu objetivo era contribuir para a redução do índice de mortalidade das crianças de classe desfavorecida, muito alto na época.

O processo de industrialização no Brasil foi marcado pela inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho, como também de imigrantes europeus; com isso, os movimentos operários tornaram-se mais resistentes, reivindicando melhores condições de trabalho, e uma dessas reivindicações eram instituições para seus filhos. Em razão disso, nesse período a maioria das creches instituídas destinava-se aos filhos de operários. Mesmo os operários conquistando esse e outros direitos, até 1930 essas instituições eram vistas como ações momentâneas, dos donos das fábricas, “[...] já que tanto o discurso dos empresários

como o de toda a sociedade revelava um ideal de mulher voltada para os cuidados do lar e dos filhos e não o da mulher trabalhadora [...]” (PASCHOAL, 2010, p.38).

Nos anos de 1935 a 1938, uma organização de grande importância, que desenvolvia trabalhos educativos para as crianças de três a doze anos de idade, filhas de operários foi instituída, os Parques Infantis idealizados pelo poeta Mário de Andrade, diretor do Departamento de Cultura de São Paulo na gestão do prefeito Fábio Prado. Esses espaços visavam proporcionar às crianças locais onde pudessem brincar, usufruir da cultura brasileira e relacionar-se com crianças da mesma idade (FARIA, 2009,p.61-62)

Os parques infantis criados por Mário de Andrade em 1935 podem ser considerados como a origem da rede de educação infantil paulista (FARIA 1995)- a primeira experiência brasileira pública municipal de educação (embora não-escolar) para crianças de famílias operárias que tiveram a oportunidade de brincar, de ser educadas e cuidadas, de conviver com a natureza, de movimentarem-se em grandes espaços.

Consideramos ser muito relevante essa instituição, pois Mário de Andrade, quando instituiu os Parques Infantis, contribuiu para que fosse garantido o direito aos filhos dos operários de frequentarem ambientes de aprendizagem, os quais garantiam momentos em que as crianças aprendessem e se desenvolvessem, pelo menos no período em que estavam nos Parques, de ser mão de obra das indústrias, proporcionando para estes oportunidades de brincar, de se expressar de diferentes maneiras, de ter contato com a natureza e, com manifestações culturais brasileiras.

Ao refletirmos sobre a trajetória da Educação Infantil em nosso país, notamos que esta esteve muito aquém do que realmente deveria ser destinado às classes desfavorecidas, eram utilizadas muitas vezes como forma de substituição da família, oferecendo, sobretudo, cuidados para as crianças; assim, poucas foram as instituições que propiciaram um ambiente acolhedor, almejando a disseminação da educação, desenvolvendo atividades lúdicas e que desenvolvessem a criatividade, o raciocínio.

A seguir, focalizamos as Políticas Públicas instituídas no Brasil que visaram, ao menos no papel, contribuir de maneira significativa para a consolidação do direito a todas as crianças brasileiras a uma Educação Infantil de excelência, tornando possível o pleno desenvolvimento das mesmas.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA: DÉCADA DE 1980 E 1990

Paschoal (2010) pontua que a década de 1980 foi marcada por reivindicações e lutas de diversos setores da sociedade com o objetivo de mobilizar os brasileiros sobre o direito da criança a uma educação de qualidade desde o nascimento. Entretanto, o direito à Educação Infantil só foi garantido por lei no ano de 1988, com a promulgação da Constituição Federal. Com sua aprovação, pela primeira vez as creches e pré-escolas foram reconhecidas como instituições de educação, deixando de ser vinculadas ao setor de assistência social, passando a ser responsabilidade da educação; assim, essas instituições não deveriam apenas cuidar das crianças, mas desenvolver um trabalho educacional.

Essa nova forma de conceber a Educação Infantil no país também está presente na Lei 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que entre outros benefícios, reafirma o direito à educação para crianças, assegurando à criança e ao adolescente acesso e permanência na escola, sendo dever do Estado garantir o ensino. “**Art. 54.** É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: I-ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;” (BRASIL, 1990, p.10).

Em consonância com os direitos assegurados no ECA (BRASIL, 1990), seis anos após sua aprovação é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (LDBEN), que insere a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, prevendo também que essas instituições devem promover o desenvolvimento das crianças. “**Art. 29º.** A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, p.25).

Esta lei é a mais importante da Educação Nacional, também conhecida como Lei Darcy Ribeiro, em homenagem ao principal idealizador da lei. É organizada em noventa e dois artigos que referem-se a diferentes temas da educação brasileira, contemplando desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Mesmo sendo a Educação Infantil reconhecida por lei no país, a LDBEN 9.394/96 dispõe somente de três artigos que tratam desse nível de ensino: o artigo 29º, que trata da finalidade; o 30º, que estabelece as instituições que ofertarão esse nível de ensino; e o artigo 31º, que define o processo de avaliação da Educação Infantil.

Por ser uma lei importante para a educação ministrada no país, e por ser a Educação Infantil a primeira etapa do processo de escolarização, consideramos que a LDBEN 9.394/96

discute muito pouco essa educação, não lhe atribuindo a devida importância, não permitindo maiores discussões entre professores, gestores e profissionais desse nível de ensino.

Com a aprovação da LDBEN 9.394/96, que preconiza a Educação Infantil como a primeira etapa do Ensino Fundamental, percebemos a necessidade de serem estipuladas metas para que as instituições destinadas às crianças superem a ideia do assistencialismo e busquem contribuir de fato para o desenvolvimento integral dos menores de sete anos.

Nesse contexto, no ano de 1998, por meio de debates entre professores e demais profissionais da Educação Infantil nacional, foi publicado um documento que estabelece as metas para a Educação, denominado Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Mesmo não sendo sua utilização obrigatória, este foi proposto visando contribuir para a reflexão dos profissionais desse nível de ensino sobre os objetivos, conteúdos e orientações didáticas, respeitando, assim, seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural (BRASIL, 1998).

Este documento constitui-se em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam a contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras (BRASIL, 1998, p. 13).

Esse documento é constituído por uma coleção de três volumes: o primeiro é a introdução, em que se discute sobre as creches e pré-escolas no Brasil, tratando das concepções de criança, de educação, de instituições e de profissionais. O segundo volume aborda a formação pessoal e social, que em seus eixos favorece os processos de construção da identidade e autonomia das crianças. O terceiro volume, intitulado Conhecimento de Mundo, é composto por seis documentos que versam sobre trabalhos a serem realizados para que as crianças aprendam as diferentes linguagens e para as relações que se estabelecem com os objetos de conhecimento, sendo estes: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática. (BRASIL, 1998).

Para que os professores utilizem esse documento em suas aulas, é necessário que compreendam os reais objetivos em sua formulação e utilização dele. Para Lara (2007, p.205), não podemos entender o RCNEI como um documento orientador do trabalho docente; para a autora, a questão que envolve o conteúdo desse documento está ligada “a atenção integral, que é a regulação social”.

O papel que querem impor às crianças e aos adolescentes passa pela regulação estatal e pelo controle das famílias, desde o início da idade moderna; passando pela proposição da moralidade, religiosos de todas os tipos mostram-se preocupados com as crianças, para, no momento posterior, disciplinar sujeitos e instituições [...] (LARA, 2007, p. 205).

Neste sentido, entendemos que esse documento elaborado pelo governo, mostra-se preocupado com a educação ministrada nas instituições de Educação Infantil, propondo conteúdos a serem trabalhados para tornar possível o desenvolvimento de uma identidade autônoma. No entanto, a real questão implícita no RCNEI é disciplinar as pessoas para controlá-las, tornando-as indivíduos passivos.

Diante de todas as questões apresentadas anteriormente, podemos salientar que no Brasil, como em outros países, as primeiras instituições infantis fundadas almejavam guardar e cuidar das crianças, porém no decorrer dos anos essa concepção vai se modificando, fazendo com que leis já referidas, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 fossem sancionadas a fim de garantir o direito a todas as crianças à educação em instituições voltadas ao público infantil.

Entendemos que na sociedade atual são necessárias instituições que ultrapassem a ideia da oferta e do acesso, devendo assegurar um trabalho educativo de qualidade, para que se torne possível uma formação integral de todas as crianças ali inseridas.

Após analisarmos as condições que possibilitaram a consolidação de um processo educacional nas instituições destinadas às crianças brasileiras, julgamos relevante discutir essa educação no Estado do Paraná, por sermos paranaense e por este Estado ser o segundo maior da Região Sul.

4 EDUCAÇÃO INFANTIL NO CENÁRIO PARANAENSE

Neste item discutiremos os aspectos que contribuíram para a organização da Educação Infantil no Estado do Paraná, destacando as primeiras e principais instituições, e focalizando o documento Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná de 1990, o qual contribuiu de maneira significativa para a realização de atividades nesses ambientes, para tornar possível o pleno desenvolvimento infantil.

Localizado na região sul do Brasil, o Estado da Paraná possui uma população de 10.6439.601 habitantes, distribuídos em 399 municípios, de acordo com o IBGE (BRASIL, 2010). Sua história tem início em 1853, quando esse Estado foi desmembrado da 5ª Comarca da Província de São Paulo, sendo uma de suas atribuições como província autônoma manter a organização da instituição escolar primária (MIGUEL, 2006).

Como província da comarca de São Paulo, o Paraná tinha que submeter-se às determinações locais da comarca, inclusive no que tange ao ensino; assim, as reformas que ocorriam em São Paulo chegavam até o Estado do Paraná. A partir do desmembramento, esse Estado torna-se gerador de seus próprios recursos.

No ano de 1853, o Paraná tinha apenas duas cidades, Curitiba e Paranaguá, e em 1854, Curitiba, considerada uma vila, foi nomeada a capital da província do Paraná, e em meados do século XIX foi elevada ao nível de cidade, cujas principais atividades eram a lavoura e o comércio (PASCHOAL, 2010).

Assim como em todos os Estados brasileiros, as primeiras instituições destinadas à educação de crianças no Paraná tinham como principal objetivo cuidar das crianças pobres. A educação nesse período no país era proposta como moralizadora, e “seus defensores estavam imbuídos em proteger crianças para salvá-las, pois elas eram consideradas perigosas para o Brasil”. Ressaltamos que os moralistas vislumbravam as famílias como indignas, e visavam à reeducação do indivíduo por meio de uma educação repressora e punitiva (LARA, 2006, p.212).

Em seus estudos, Paschoal (2010) enfatiza que mesmo com a preocupação do Poder Público em investir nas escolas primárias no período de emancipação do Estado do Paraná, é a iniciativa privada que inaugura o primeiro jardim de infância do Estado, em 1862, na cidade de Castro, dirigido pela professora Emília Ericksen, com o nome de Jardim Escola.

Emília Ericksen, que nasceu em 1817 em Recife, por ser filha do médico José Manuel Faria e Albuquerque, era considerada nobre, e por esse motivo recebeu uma boa educação, comparada com a de moças de sua época, aprendendo diferentes idiomas e logo após o seu casamento, indo morar na Europa. Esses fatos contribuíram muito no momento da escolha da carreira do magistério. Com a morte de seu marido, esta tem que se adaptar à sua nova condição de vida, e assim mudou-se com seus filhos para a cidade de Castro, no Paraná, e nesse local vislumbra no magistério uma fonte de sobrevivência (PASCHOAL, 2010).

A instituição dirigida por Emília Ericksen trabalhava com a metodologia de Froebel, a qual tinha a infância como importante fase da vida, utilizando diferentes brincadeiras para o processo de aprendizagem, e desse modo crianças aprendiam de maneira prazerosa.

[...] Apesar de não possuir formação pedagógica adequada, ela teve um importante referencial para o desenvolvimento de seu trabalho, pois tivera contato com as idéias e os trabalhos de Frederik Froebel, na Europa, logo após o nascimento de sua primeira filha. Ela o conheceu pessoalmente, o que lhe possibilitou uma visão bastante inovadora de educação da criança (PASCHOAL, 2010, p. 68).

Mesmo não sendo reconhecida oficialmente, a instituição de Ericksen propiciou grandes contribuições para a ideia de Educação Infantil que era disseminada na época no Estado. A educação fora da família começa a ser entendida como importante para o desenvolvimento das crianças menores de seis anos de idade.

A primeira instituição oficial destinada para crianças, mantida pelo Estado, foi fundada em 1904, no governo de Vicente Machado, que ao conhecer jardins-de-infância em suas viagens ao exterior, trouxe para o Paraná o método Froebel, considerado uma proposta inovadora, utilizado em diversos países, e essa instituição ficou conhecida no Estado como Jardim de Infância Maria de Miranda (LARA, 2006; PASCHOAL, 2010).

Com esse novo nível de ensino no Estado, houve uma ampliação no ensino público paranaense, porém, mesmo sendo a Educação Infantil um nível de ensino importante, os professores tinham a responsabilidade de garantir o seu salário, pois naquela ocasião o governo não assumia esse ensino. Dessa maneira, os pais de alunos deveriam pagar uma taxa escolar (imposto) para manter seus filhos na escola, cabendo aos professores cativar seus alunos para que frequentassem a escola sem que os pais se opusessem (LARA, 2006).

Ratacheski (apud LARA, 1992, 2006), autor de Cem anos de ensino no estado do Paraná: 1853-1953, apresentou informações sobre a inauguração, em 1911, do mais importante dos jardins de infância do Estado, nominado Emilia Eriksen, na Rua Silva Jardim, em Curitiba, tendo em sua direção a professora Joana Falce Scalco, a qual havia se destacado no curso de professores da escola normal. Joana foi escolhida em 1915 para integrar o Supremo Conselho de Ensino Primário do Estado, elaborando, em seu novo cargo, o programa de jardins de infância.

No tocante ao trabalho pedagógico desenvolvido na instituição, Joana Falce Scalco desenvolveu a metodologia de Maria Montessori, diferente da proposta de Froebel utilizada até então, o qual não tinha o lúdico como atividade na aquisição de conhecimento, “[...] caberia à professora criar um ambiente de oportunidades para que as crianças se concentrassem de modo a garantir a calma e a atitude tranqüila”, desta forma, o ensino nessa instituição era pautado na educação dos sentidos (PASCHOAL, 2010, p.194).

Em 1921, foi instalado no Estado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Paraná, e em 1922, esse Estado já contava com quatro jardins-de-infância, dois em Curitiba, um em Paranaguá e outro em Ponta Grossa, nos quais havia 340 alunos matriculados (LARA, 2006).

No governo de Caetano Munhoz da Rocha, em 1924, havia uma preocupação com as instituições de educação para crianças. Desta forma, este recebeu da Itália o material montessoriano, que objetivava contribuir para o implemento de novos jardins-de-infância (LARA, 2006).

No ano de 1928 foram inaugurados jardins de infância em União da Vitória e em Jacarezinho, como também o Jardim D. Pedro II em Curitiba; Em Guarapuava, a escola maternal anexa à sociedade Socorro aos Necessitados, possuía também uma creche. Naquele momento, a iniciativa privada acompanhava o desenvolvimento dos jardins de infância do Estado, e os estabelecimentos com melhores condições financeiras também instalaram essas instituições nos seus colégios (LARA, 1992).

Em 1935, Gaspar Duarte Veloso ocupava a Diretoria da Educação do Estado, auxiliando o governo de Ribas; nesse ano, o Estado do Paraná mantinha 14 jardins-de-infância e mais 19 eram mantidos por instituições privadas. Já no ano de 1939, as instituições de ensino para os pré-escolares somavam 40, com 86 professores (LARA, 2006).

No ano de 1948, o professor Erasmo Pilloto tornou-se Secretário da Educação do Estado, definindo programas para as escolas primárias e jardins de infância. Nesse contexto, foram oferecidos cursos de orientações para os trabalhos sobre a educação escolar, pois como cita Ratcheski, até então as únicas orientações que se tinham eram dos próprios docentes (LARA, 1992)

Bento Munhoz da Rocha Netto ocupava o cargo de governador do Estado nos anos de 1951 a 1955. Este, tendo um discurso renovador, defende, como o governo anterior (Moisés Lupion), uma educação que atendesse às necessidades da população. Em 1951, o ensino público do Paraná tinha 11 jardins-de-infância em Curitiba e 5 no interior, e a Secretaria de Educação e Cultura, motivada pelo entusiasmo desse novo nível de ensino, encomendou da Itália o material “Montessori” para uma grande parte deles, em consonância com Ratcheski (1953)” (LARA, 1992, p. 25).

Segundos os estudos de Chaves (2008b), os anos de 1960 foram marcados por movimentos de contestação em diferentes países e pelo golpe militar no Brasil em 1964, que representou um processo de repressão aos movimentos de oposição ao atual regime. Nesse contexto, o Estado do Paraná organizou a política educacional.

De acordo com a autora acima, as proposições estudantis influenciaram a organização da política educacional, inclusive dos jardins de infância desse período no Estado, organizado por entidades internacionais como a ONU e a Unesco. Progresso, desenvolvimento, democracia e civismo são princípios defendidos por esses organismos, os quais estavam presentes nas propostas educacionais. A preocupação do governo do Paraná no que se refere ao desenvolvimento econômico contribuiu para que o Estado fosse um referencial para a reestruturação educacional brasileira (CHAVES 2008b).

A educação primária à época tinha como finalidade preparar as crianças para a vida em comunidade e para o ensino posterior; nesse sentido, hábitos e condutas da vida em sociedade, como o civismo e o amor ao trabalho, fizeram parte da formação das crianças.

Em 1978, o Conselho Estadual de Educação identificou problemas na educação pré-escolar. Ao buscar soluções para que os problemas fossem resolvidos de maneira eficaz, propõe a indicação nº 001/78, que define normas para a educação pré-escolar e jardins-de-infância em âmbito nacional. Propôs, então, um currículo que objetivava atingir o desenvolvimento global e harmônico da criança, de acordo com a idade e a necessidade de cada uma (ARCO-VERDE, 1985).

ARCO-VERDE (1985) esclarece que após essa indicação o Conselho Estadual de Educação fixa normas para a educação pré-escolar e funcionamento de jardins de infância mediante a Deliberação nº 020/78, estabelecendo critérios para a instalação de jardins de infância, dando ênfase a estruturas da pré-escola nos padrões ideais para o desenvolvimento das crianças, exigindo espaços físicos adequados, professores especialistas e organização didática.

Podemos identificar nesse período que o Governo do Estado demonstra preocupações e interesse com a educação de crianças paranaenses, propondo metas para tornar possível o ensino em ambientes adequados, para que houvesse realização de atividades que proporcionassem o desenvolvimento da criança em cada nível de ensino.

No que diz respeito aos anos de 1980 a 1990 o documento Orientações para (RE) Elaboração, implementação e avaliação de propostas pedagógicas na Educação Infantil (2006) sendo um documento que tem como objetivo ser um subsídio para as instituições de educação para as crianças, na construção e revisão de suas metas e propostas pedagógicas, explícita que nestes anos foram publicadas propostas para a Educação Infantil no Estado, sendo este o Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná, nesta mesma proposta foram desenvolvidos alguns projetos como o Projeto Araucária- Centro de Apoio à Educação Pré-

Escolar e Projeto para Qualificação do Profissional Leigo da Educação Infantil, (PARANÁ, 2006).

O Projeto Araucária – Centro de Apoio à Educação Pré-Escolar constitui-se em um programa de extensão desenvolvido pela Universidade Federal do Paraná com apoio da Fundação Bernard Van Leer, da Holanda. Em sua primeira fase, de julho de 1985 a dezembro de 1988, atuou em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI) e prefeituras de Curitiba e Rio Branco do Sul, buscando implantar uma proposta pedagógica para o trabalho com crianças de quatro a seis anos (PARANÁ, 2006).

Já nos anos de 1989 a 1992, o Projeto transformou-se em um Centro de Apoio à Educação Pré-Escolar, desenvolvendo cursos de aperfeiçoamento para diferentes profissionais da Educação Infantil, buscando a elaboração e implantação de propostas pedagógicas para o atendimento de crianças de 0 a 6 anos, bem como a produção de material didático-pedagógico e realização de pesquisas. Por meio dos convênios com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com as prefeituras de Curitiba e 17 municípios da Região Metropolitana, foram garantidos o desenvolvimento dessas ações em creches e pré-escolas (PARANÁ, 2006).

Citamos neste trabalho o Currículo Básico para Escola Pública do Estado do Paraná, pois este é um documento de grande relevância para o Estado, tendo como proposta a reorganização curricular de pré-escola a 8^a série na rede Estadual de Ensino do Paraná. “Esse processo se iniciou em 1987 e teve a participação de educadores das escolas, das equipes de ensino dos Núcleos Regionais, da Secretaria de Estado da Educação e de consultores das universidades” (PARANÁ, 2006, p.10).

Este documento objetivou primeiramente implantar o Ciclo Básico de Alfabetização, e para que essa proposta fosse concretizada, foram realizados estudos e cursos de atualização para que fossem revistas as concepções de educação, os conteúdos, as metodologias e a avaliação visando à reorganização pedagógica da escola pública paranaense. No que tange à Educação Infantil, esse currículo contemplou somente a pré-escola, pois muitas instituições públicas que atendiam crianças nesse momento estavam vinculadas às Secretarias de Assistência Social (PARANÁ, 2006).

Um ano após o início da reestruturação do Currículo, o Ciclo Básico de Alfabetização foi implantado em um número considerável de escolas. Para isso, como está descrito no próprio documento, foram dadas condições para a realização do processo, “[...] tanto em nível de programação curricular quanto da própria organização da escola que viessem possibilitar a permanência de maior número de alunos sem que houvesse interrupção do processo de aprendizagem” (PARANÁ, 1990, p.13).

Percebemos que esse Ciclo possibilitou a permanência dos alunos no processo de escolarização, criando oportunidades de aquisição de conhecimentos para as crianças paranaenses.

De acordo com o documento, nos últimos anos, há uma crescente defesa da idéia da importância de educação institucionalizada para as crianças. Essas idéias tomam como base a influencia no processo de socialização da criança e os benefícios da escolarização como aquisição de conhecimentos posteriores (PARANÁ, 1990).

Todavia, para as famílias e para o senso comum, o direito à educação institucionalizada para as crianças vai além das questões pedagógicas, pois por meio dessa educação se torna possível transferir o trabalho feminino para fora do lar, suprindo assim as necessidades financeiras da família. E também as crianças, permanecendo em um ambiente educacional, têm garantidas uma alimentação e uma saúde que faz com que diminua parte do orçamento familiar.

Ao observarmos essas necessidades, os movimentos sociais vêm lutando para garantir o direito à educação para todas as crianças, porém muito ainda deve ser feito pelo Estado para que essa educação seja de qualidade.

O Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná (PARANÁ, 1990) define a educação pré-escolar em dois níveis: o primeiro sendo a creche, local destinado às crianças pequenas, oferecendo atendimento as suas diversas necessidades; e o segundo para crianças a partir de quatro anos de idade. O atendimento é ofertado na pré-escola, que tem como proposta um caráter mais educativo, mas os diversos momentos nas duas instituições de educação devem facultar interações de grande contribuição ao desenvolvimento infantil.

Outro ponto que o documento traz sobre o trabalho pedagógico na pré-escola é o que discute o espaço que a brincadeira deve ter na rotina das instituições. Muitos têm identificado a brincadeira como atividade “natural” de todas as crianças, fazendo com que as instituições de educação para crianças trabalhem a maioria do tempo com essas atividades, deixando a aquisição de conhecimento de lado.

Entendemos que essas atividades devem ser direcionadas, e mediadas para que possam contribuir para o aprendizado e para o processo de humanização da criança; assim, conforme o documento preconiza, “as brincadeiras não são, portanto, simplesmente atividades lúdicas, mas funcionais, pois estão articuladas às necessidades de conhecimento do real pela criança”.

Sobre os conteúdos a serem ministrados na pré-escola, a questão que o Currículo (1990) coloca é se o conteúdo trabalhado nesse nível é o mesmo trabalhado na escola, bem como indaga sobre qual critério utilizado para selecionar conteúdos para esse nível de ensino,

e ainda, qual o modo diferente que a criança da pré-escola aprende em relação aos outros níveis de ensino?

Esses questionamentos são recentes por esse nível de ensino ter sido por muito tempo desconsiderado; mesmo assim, entendemos que a criança é um ser humano inserido em uma realidade histórico-social e que o conhecimento escolar deve responder às necessidades históricas, por este motivo “o conhecimento a ser trabalhado pedagogicamente na pré-escola é o mesmo que nas séries posteriores, diferenciando-se deste pelo grau de interação que a criança mantém com a realidade” (PARANÁ, 1990, p.30).

Desta maneira, o Currículo (1990) esclarece que o trabalho nas instituições de Educação Infantil não pode se limitar a atividades de identificação, constatação, observação, descrição e comparação, pois estas já são realizadas pelas crianças em outros momentos de seu cotidiano. Neste sentido o documento postula:

O processo de apropriação do conhecimento, na perspectiva que explicita a realidade, é gradual; os conceitos vão sendo cada vez mais elaborados complexificados, ampliados na medida em que a criança percebe as várias relações entre os mesmos e a realidade que os determina (PARANÁ, 1990, p. 31).

Nesse âmbito, os conceitos são abstrações e precisam ser trabalhados no ambiente educacional considerando cada parte em relação ao todo e não como partes isoladas, para isso o professor é quem vai fazer a mediação entre o aluno e o conhecimento, pois por meio da aquisição de conhecimentos o aluno tem a possibilidade de compreender o mundo onde vive e apropriar-se de informações, estudar, pensar, refletir e dirigir suas ações de acordo com suas necessidades (PARANÁ,1990).

Neste sentido, a avaliação deve ser diagnóstica, para que possa identificar as dificuldades dos alunos e para que os professores possam rever sua metodologia e intervir no processo de ensino e aprendizagem. Para fazer esse diagnóstico, o professor deve proporcionar situações concretas de avaliação, com critérios selecionados e considerar o nível de aquisição de conhecimentos já adquiridos pelo aluno. Desta forma, “[...] A avaliação na Pré-Escola não tem caráter de retenção, nem de seleção das crianças no sentido de constituição de turmas pretensamente homogêneas para a 1ª série” (PARANÁ, 1990, p.33).

Entendemos que o Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná de 1990 se apresenta como um caminho para os profissionais da Educação, pois entre outras coisas orienta o trabalho a ser realizado nas instituições escolares, incluindo no processo de escolarização a Educação Infantil, fazendo com que esse nível de ensino trabalhe com o processo de ensino e aprendizagem, permitindo o desenvolvimento da criança.

No que diz respeito à Educação Infantil institucionalizada o Paraná, em suas primeiras instituições, trabalhava com o objetivo de guardar e cuidar as crianças, como também buscavam a formação desses, ao trabalharem com a metodologia de Froebel e de Maria Montessori. Destacamos também que Propostas foram criadas para que os docentes deste nível de ensino pudessem desenvolver um trabalho educacional nestas instituições de ensino, oferecendo para as crianças o acesso e a educação.

Notamos que desde o início da história no Estado do Paraná houve um empenho significativo de diferentes governadores em relação à disseminação da Educação Infantil para todas as crianças.

Após explicitarmos como se deu a estruturação da Educação Infantil no mundo, no Brasil e no Paraná, apresentamos estudos iniciais sobre a função dessa educação, buscando contribuir para a reflexão e para o aprimoramento das atividades realizadas nesses ambientes, proporcionando às crianças uma educação de excelência.

5 A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Como exposto por muitos estudiosos da área da educação, podemos entender que as instituições de Educação Infantil foram organizadas de maneira que atendessem aos pobres, destinando aos cuidados de higiene, alimentação, entre outros. Em contrapartida, esses espaços incluíram também em sua rotina a transmissão de alguns conhecimentos. Doravante, refletimos sobre a importância da educação para crianças, destacando primeiramente quais as instituições que deverão atender as crianças em cada faixa etária.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, discutida anteriormente em seu artigo 30º, define as instituições que ofertaram a educação para as crianças brasileiras, destinando à creche ou a entidades equivalentes para as crianças de até três anos, e a pré-escola para quatro a seis anos de idade (BRASIL, 1996).

Neste sentido, Kramer (1991) assinala que na sociedade contemporânea a creche, mais do que a pré-escola, representa uma alternativa para que as famílias possam liberar a mulher para o mercado de trabalho, mas essas duas instituições precisam ser organizadas educacionalmente para propiciar o desenvolvimento infantil, e não serem meramente um depósito de crianças. “Assim, além da garantia do atendimento nutricional, de saúde, e de segurança, se reconhece a importância de existirem determinadas condições de funcionamento

e, portanto, de recursos materiais e humanos no sentido de propiciar o desenvolvimento infantil” (KRAMER, 1991, p. 50).

A autora salienta que os educadores, administradores e professores não chegaram a um consenso sobre o papel da pré-escola; enquanto uns a consideram como instituição que não fornece nenhum benefício à escolarização posterior, outros defendem que essa forma de educar é uma maneira de preparar as crianças para a educação posterior, prevenindo os problemas e fracassos; outros acreditam que a pré-escola tem o papel de promover o desenvolvimento global das crianças.

Apesar dessas afirmações de diferentes especialistas da área de educação, Kramer (1991, p.52) postula que é de extrema importância reconhecer o papel social da pré-escola, compreendendo que esta tem a função de contribuir com a escola no quesito universalização dos conhecimentos. Assim, esse nível de ensino não deve ser entendido como inútil ou importante em si, mas como desempenhando um papel social de “valorizar os conhecimentos que as crianças possuem e garantir a aquisição de novos conhecimentos”, realizando o que a autora denomina “função pedagógica”.

Em consonância com as ideias defendidas anteriormente, Souza (1991) registra que mesmo o assistencialismo necessário para as crianças brasileiras, a pré-escola tem como função o trabalho educativo, de forma que este ultrapasse o mero cuidado, porque gera o comodismo, impedindo uma transformação social mais completa.

Bujes (2001) argumenta que as crianças nos desafiam em dois momentos, primeiro porque possuem um raciocínio que é somente seu, possuindo maneiras peculiares e originais de se expressar, sendo capazes, por meio do brinquedo, do sonho e das fantasias, de viver em um mundo que é apenas seu. Outro desafio que a autora coloca para os profissionais da Educação Infantil é o de perceber o quanto são diferentes e que essas diferenças não devem ser desprezadas. Por esses motivos, segundo ela, a Educação Infantil precisa ser muito mais qualificada.

[...] Ela deve incluir o acolhimento, a segurança, o lugar para a emoção, para o gosto, para o desenvolvimento da sensibilidade; não pode deixar de lado o desenvolvimento das habilidades sociais, nem o domínio do espaço e do corpo e das modalidades expressivas; deve privilegiar o lugar para a curiosidade e o desafio e a oportunidade para a investigação (BUJES, 2001, p. 21).

As instituições de Educação Infantil são, em nossos dias, indispensáveis, constituindo-se de um modo moderno de conceber a criança, como também solução para um problema de

administração social, organizado a partir de novas formas de organização familiar e da participação das mulheres na sociedade e no mundo do trabalho (BUJES, 2001).

Apesar da luta pelo direito das crianças a uma educação de qualidade nas instituições destinadas a elas, atualmente podemos observar nos estágios obrigatórios do curso, realizados nos centros de Educação infantil que a rotina desses ambientes, em sua grande maioria, relega o processo de ensino-aprendizagem a segundo plano, investindo tempo em atividades de alimentação, higienização, atividades livres (sem mediação). Compreendemos que todas as atividades realizadas em espaços educativos constituem-se em aprendizagem, mas para que isso ocorra é necessária a mediação do docente. Neste sentido, Chaves (2008^a p. 79) declara:

Evidentemente, a ação intencional e sistematizada do professor é fundamental para o processo de ensino e assim deve ser considerada. No entanto, é necessário ressaltar que a vivência da criança, em todos os espaços e tempos, na instituição, também se configura como essencial para o processo de aprendizagem.

Salientamos que a forma que o professor conduzirá suas atividades na rotina das instituições de Educação Infantil poderá estimular as crianças a criar, imaginar, brincar e aprender em todos os momentos, ou lhes proporcionar o desinteresse e a rejeição no processo de ensino e aprendizagem.

Desse modo, é preciso que os professores compreendam a importância de seu trabalho na Educação Infantil, entendendo que aqueles espaços devem propiciar momentos de aprendizagem com crianças desde seus primeiros meses de vida até os seis anos de idade, assim, estes planejarão seus momentos com as crianças para que não percam oportunidades de transmitir diferentes conhecimentos.

A falta de recursos, como materiais pedagógicos, ambientes adequados e formação limitada são alguns dos desafios que os professores brasileiros enfrentam em todo o processo de escolarização. Apesar desses problemas, o professor é o profissional que tem a possibilidade de enfrentar esses desafios, desenvolvendo um bom trabalho para com todas as crianças.

Para Chaves (2008 a, p.76), esta prática deve estar:

[...] Mirando uma prática educativa de identificar, superar desafios e de projetar uma condição humana em que os homens, mulheres e crianças, seja qual for sua etnia, condição física ou intelectual, não sejam reprodutores da miséria, mas constituam-se como pertencentes à humanidade, porém, com condições plena de vida.

Para que o professor consiga enfrentar esses obstáculos e realizar um ótimo trabalho é essencial que se fundamente em um referencial teórico, que subsidie suas ações em todos os momentos, definindo a concepção de homem, de sociedade e de educação, tornando mais fácil e claro o seu trabalho.

Pontuamos que as instituições de Educação Infantil não devem ser entendidas como somente assistencialistas, como também tendo função de preparar as crianças para a escolarização posterior, muito menos prevenir os fracassos dessa escolarização, sobretudo devem desenvolver atividades que possibilitem aos alunos a aquisição de conhecimentos nesses ambientes.

Enfatizamos que as instituições destinadas às crianças devem ter como objetivo o processo de ensino aprendizagem, pois sendo considerada o primeiro nível de ensino, esse ambiente deve propiciar aos seus alunos diferentes formas de conhecimentos, pois a criança é um ser social que, inserido na sociedade, está em constante desenvolvimento.

Para acontecer o processo de aprendizagem nesse nível de ensino, é de total importância uma formação de qualidade para os profissionais dessa área, que devem ter em mente os objetivos que querem alcançar nessa educação. Assim, torna-se possível o desenvolvimento de atividades que visem a uma educação de qualidade para as crianças, fazendo com que o “cuidar” não seja protagonista dentro dessas instituições, nem ao menos que estas tornem-se depósitos de criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa nosso objetivo foi o de apresentar a trajetória percorrida pela educação institucionalizada para crianças, entendendo sua importância e sua função no desenvolvimento infantil.

Como postulamos, notamos, no decorrer deste estudo, que a educação destinada a crianças, em seu início, no cenário mundial, brasileiro e paranaense, teve como uma de suas metas o cuidado para com as crianças das classes desfavorecidas; em contrapartida, muitos foram os educadores que defenderam que essas instituições deveriam ministrar diferentes conhecimentos. No Brasil e no Paraná diferentes propostas e leis foram instituídas para garantir esse direito a todas as crianças.

Realçamos que embora as instituições de Educação Infantil possuíssem um caráter assistencialista desde o seu nascimento até os dias de hoje, o grande desafio enfrentado por elas é desenvolver a função de educar. Consideramos importante que essas instituições

tenham um ambiente acolhedor e afetivo para todas as crianças, incluindo em sua rotina principalmente os objetivos educacionais.

Compreendemos que muito foi feito para que fosse garantido o acesso e o direito das crianças a essas instituições, mas é essencial que a ideia do “cuidar” não seja a prioridade nesses ambientes, pois esses espaços devem oferecer uma educação de qualidade para todas as crianças, independente de sua raça, religião ou condição financeira.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; KRAMER, Sonia. “O Rei Está Nu”: um debate sobre as funções da pré-escola. In: SOUZA, Solange Jobim; KRAMER, Sonia. **Educação ou tutela?** A criança de 0 a 6 anos. São Paulo: Edições Loyola, 1991. p. 27-38.

ARCE, Alessandra. O pedagogo da primeira infância: vida, obra e princípios educacionais de Friedrich Froebel. In: **Friedrich Froebel: o pedagogo dos jardins de infância**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002a. p. 35-72.

ARCE, Alessandra. **A pedagogia na era das revoluções: uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel**. São Paulo: Autores Associados, 2002b.

ARCO-VERDE, Yvelise F. de S. **Estudos sobre a prática pedagógica desenvolvida nas pré-escolas das redes de ensino de Curitiba**. 1985. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1985.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n° 8.069, de 13 de junho de 1990. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n° 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF, 1998.

BUJES, Maria Isabel E. Escola infantil: pra que te quero? In: CLAUDY, Carmem; KAERCHER Glaidis E. **Educação infantil pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 13-22.

CHAVES, Marta. Intervenções pedagógicas e promoção da aprendizagem da criança: contribuições da psicologia histórico-cultural. In: FAUSTINO, R. C. **Intervenções**

pedagógicas na educação escolar indígena: contribuições da teoria histórico cultural. Maringá: Eduem, 2008 a. p.35-56.

CHAVES, Marta. **O papel dos Estados Unidos e da UNESCO na formulação e implementação da proposta pedagógica no Estado do Paraná na década de 1960:** o caso da Educação no Jardim de Infância. 2008. 279 f. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008b.

ELIAS, Marisa Del Cioppo. **Célestin Freinet:** uma pedagogia de atividade e cooperação: Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ES/v20n69/a04v2069.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2011.

IBGE. **Paraná IBGE.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_parana.pdf>. Acesso em: 24 set. 2011.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil:** a arte do disfarce. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

KRAMER, Sonia. O papel social da pré-escola pública: contribuições para um debate. In: KRAMER, Sonia; SOUZA, Solange J. **Educação ou tutela? A criança de 0 a 6 anos.** São Paulo: Loyola, 1991. p. 49-57.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). In: _____. **Infância e educação infantil:** uma abordagem histórica. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 81-109.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. O Jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, Carlos (Org.). **Educação da infância brasileira:** 1875-1983. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 3-30. Coleção educação contemporânea.

LARA, Ângela Mara de B. Apontamentos históricos sobre a educação infantil do Paraná: 1904-1940. In: _____. LOMBARDI, José C.; MACHADO, Maria C. G.; SCHELBARUER, Anaete, R. (Org.). **Educação em debate:** perspectivas, abordagens e historiografia. São Paulo: Autores Associados, 2006. p. 211-239.

LARA, Ângela Mara de B. **Educação pré-escolar profanando o formal:** a formalização da educação pré-escolar, no período de 4 a 6 anos, na cidade de Maringá. 1992. Dissertação (Mestrado)- Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1992.

LARA, Ângela Mara de B. Reflexões sobre as políticas públicas para a infância a partir de 1990. In: RODRIGUES, Elaine; ROSIN, Sheila M. (Org.). **Infância e práticas educativas:** Maringá: Eduem, 2007. p. 199-209.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 53-79.

MELLO, Suely Amaral. As Práticas Educativas e as conquistas de desenvolvimento das crianças pequenas. In: RODRIGUES, Elaine; ROSIN, Sheila M. (Org.). **Infância e práticas educativas**. Maringá: Eduem, 2007. p. 11-22.

MIGUEL, Maria E. B. A História da escola primária pública no Paraná: entre as intenções legais e as necessidades reais. In:____. LOMBARDI, José C.; MACHADO, Maria C. G.; SCHELBARUER, Anaete, R. (Org.). **Educação em debate**: perspectivas, abordagens e historiografia. São Paulo: Autores Associados, 2006. p. 187-209.

PARANÁ. **Currículo Básico para a Escola do Estado do Paraná**. Curitiba, 1990.

PARANÁ. **Orientações para (RE) elaboração, implementação e avaliação de propostas pedagógicas na educação infantil**. Curitiba, 2006.

PASCHOAL, Jaqueline D. **Aspectos históricos do trabalho pedagógico dos primeiros jardins de infância no estado do Paraná**. 2010. 234 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

SOUZA, Solange J. Pré-escola: em busca de suas funções. In: SOUZA, Solange J.; KRAMER, Sonia. **Educação ou tutela?** A criança de 0 a 6 anos. São Paulo: Loyola, 1991. p. 13-20.